



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I

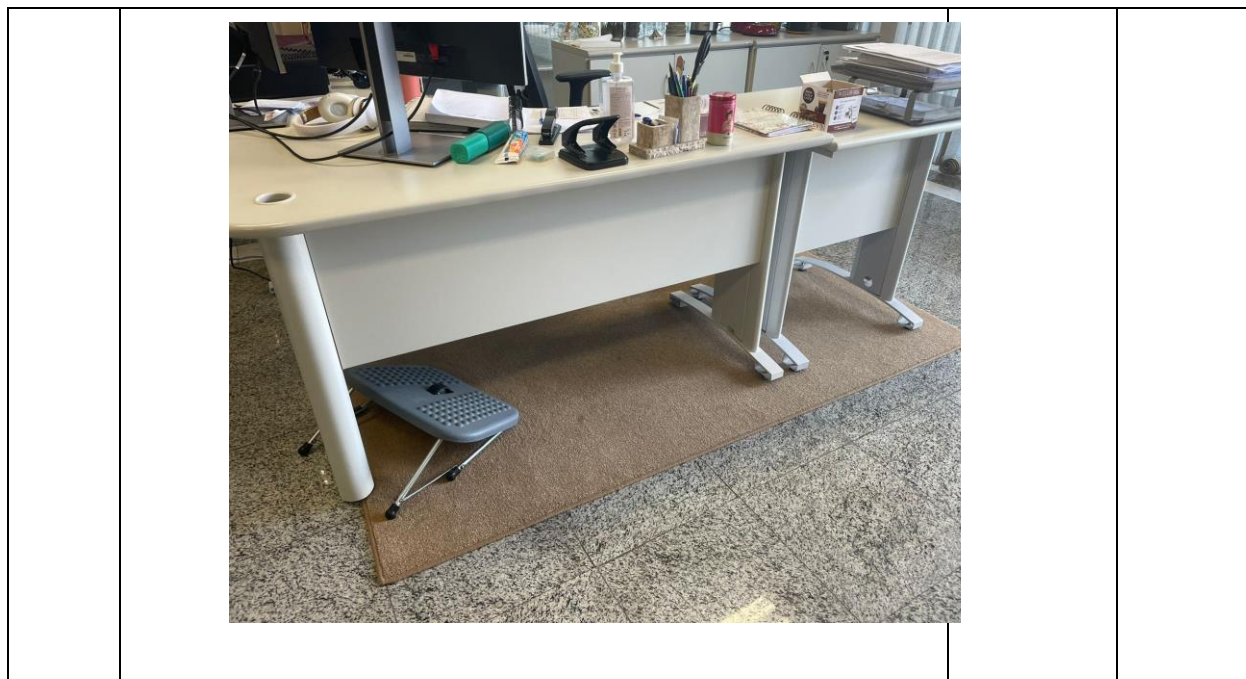
TERMO DE REFERÊNCIA

PAD nº 15.754/2023

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. **Aquisição de carpet a la carte** visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência, sendo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO GERAL	UNIDADE DE MEDIDA	Qtd
1	<p>Carpet a la carte, tamanho 1,80m x 2,20m</p> <ul style="list-style-type: none">- Tufting pelo cortado com debrum,- 100% nylon,- altura do pelo 7mm e altura/espessura total de 9,0mm (+/-10%),- cor Big Ben 402 ou similar- grade de utilização: comercial pesado <p>Marca de referência: Belgotex, linha Westminster Five Stars</p> <p>O produto ofertado deverá preservar as características visuais da marca de referência, já utilizada neste TRE-PR, mantendo a padronização e harmonização do ambiente, conforme imagem abaixo:</p>	unidade	8 (oito)



1.1.1 Quadro sintético e valores da contratação:

Item	Descrição	Unidade	Qtd	SIASG	Preço UNITÁRIO	Preço estimado TOTAL
1	Carpet a la carte, tamanho 1,80m x 2,20m	UN.	8	603438	R\$ 1.641,33	R\$ 13.130,64

1.2. Prazo de entrega: o prazo de entrega dos bens é de 40 (quarenta) dias corridos, contados do aceite da nota de empenho

1.3. Do local de entrega: a entrega deverá ser realizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 13 às 17 horas - realizando o agendamento junto à Coordenadoria de Gestão do Patrimônio, por meio dos telefones: (41) 3330--8886 ou (41) 3072-4807.

1.4. Natureza do Objeto: aquisição de bens.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. Demonstração dos resultados pretendidos: A presente contratação tem como razão a necessidade de amenizar a questão térmica das Seções pertencentes à Coordenadoria de Sistemas Processuais e Processos Específicos-CRESPE, em razão de possuírem piso em granito, o que as tornam muito frias.

2.2. Plano de Contratação Anual: A demanda foi prevista no Plano de Contratação Anual de 2024, ID 24PO104.

2.3. Impactos ambientais: A presente contratação não causará impactos significativos ambientais.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Das obrigações da contratada:

- 3.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto.
- 3.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local de entrega constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.
- 3.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 3.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o objeto que apresentar avarias ou defeitos detectados em qualquer dos atos de recebimento.
- 3.1.5. Os produtos deverão ser novos e de acordo com as condições deste Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 3.1.6. Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.
- 3.1.7. A Contratada deve manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

3.2. Das obrigações da contratante:

- 3.2.1. Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do TRE para a entrega ou execução do contrato.
- 3.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada.
- 3.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos.
- 3.2.4. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no presente Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 3.2.5. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto/serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 3.2.6. Solicitar a substituição, reparação ou correção dos produtos que não atenderem às especificações do objeto.
- 3.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da comissão/servidor especialmente designado.
- 3.2.8. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.

3.2.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

3.2.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade: Para o fornecimento do material objeto deste Termo de Referência, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a Contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

4.2. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Participação de Pessoa Física: Não será admitida a participação de pessoa física, conforme IN SEGES Nº 116/2021.

4.4. Participação de Consórcio: Não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Garantia do produto, manutenção e assistência técnica: o prazo de garantia contratual dos bens, somada à garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor (art. 26), não poderá ser inferior à 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.1.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos tapetes que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada.

5.1.3. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.1.4. O custo referente ao transporte dos tapetes cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.1.5. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados.
- 6.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.5. O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, no que couber, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.6. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.7. O fiscal/gestor da contratação comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.8. O gestor da contratação deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DO CRITÉRIO DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

- 7.1. **Condições de entrega:** Caso não seja possível a entrega na data assinalada no presente Termo de Referência, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 7.2. **Do recebimento provisório:** os bens serão recebidos de forma sumária, pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.3. **Do recebimento definitivo:** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, pela Seção de Gestão de Patrimônio, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.4. **Dos bens rejeitados:** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - 7.4.1. A não retirada dos bens rejeitados no prazo acima fixado acarretará a requisição do

material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/21.

7.4.2. O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.

7.5. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal, constando os dados bancários respectivos ou o DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) para o e-mail cgp@tre-pr.jus.br.

8. DA PROTEÇÃO DE DADOS

8.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.

8.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total da contratação.

8.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão de Patrimônio, por meio do telefone (041) 3072-4819 e 3072-4820 ou pelo e-mail sgpa@tre-pr.jus.br.